

A NARRATIVA ENQUANTO ELEMENTO CULTURAL IMATERIAL NA COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA DE ARRAIAL DO CABO

Ms. Manuela Chagas Manhães¹

Dr. Júlio Ramos Esteves²

RESUMO

O trabalho analisa como as identidades são construídas por meio da herança cultural intermediada pela narrativa, em um processo permanente de transmissão cultural e de participação dos indivíduos nas atividades cotidianas de extração marinha da Região dos Lagos no estado do Rio de Janeiro. Com destaque das atividades, tais como pesca da anchova, da lula, do camarão e extração de mariscos como meio de fortalecimento da identidade social. Para melhor compreensão fundamenta-se a partir de três eixos norteadores: (1) identidade cultural, memória coletiva e pertencimento; (2) como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre pescador e peixe/lula/camarão ou extrator e marisco favorece ou não a reprodução da identidade social, e, por último, (3) narrativa e história oral como meio de socialização e resgate da identidade dos membros da comunidade. Assim o objetivo é analisar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão de modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural além de nortear a importância da autoidentificação para que haja reconhecimento desta comunidade como comunidade tradicional e assim possibilitar a reflexão da justiça territorial, ambiental e social.

PALAVRAS CHAVE: comunidade pesqueira, narrativa, história oral e identidade sociocultural.

ABSTRACT

The paper analyzes how identities are constructed through an ongoing process of cultural transmission and participation of individuals in the daily activities of marine extraction of the Lakes Region in the state of Rio de Janeiro. Highlighting activities such as fishing of anchovy, squid, shrimp and shellfish extraction as a means of strengthening social identity. For better understanding is based from three guiding principles: (1) cultural identity, collective memory and belonging; (2) as the symbolic relations generated in the objective relationship between fisherman and fish / squid / shrimp or extractor and seafood favors or not the reproduction of social identity, and, finally, (3) narrative and oral history as a means of socialization and rescue the identity of the members of the community. So, the goal is to analyze the identity as a process, the perception of cultural reality, the transmission of seized ways, the symbolic relations and especially the cultural value as well as guide the importance of self-identification so that there is recognition of

¹ Doutoranda da PPGCL/UENF e UNESA, Bolsista UENF. E-mail: manuelacmanhaes@hotmail.com

² Professor Doutor da PPGCL/LCL/UENF. E-mail: Julioesteves46@yahoo.com.br

the community as a traditional community and thus allow enabling reflection about justice territorial, environmental and social.

KEYWORDS: fishing community, narrative, oral history and socio-cultural identity.

INTRODUÇÃO

Neste artigo busca-se entender como as comunidades pesqueiras artesanais que habitam áreas litorâneas da Região dos Lagos, mais especificamente, Arraial do Cabo, vêm enfrentado as adversidades e transformações ocasionadas pela Globalização e seu dinamismo econômico e todas as suas consequências que provocam na vida social mudanças rápidas tanto no meio ambiente quanto nas atividades vistas como tradicionais assim como nas suas identidades. A destruição de espaços costeiros, o turismo desordenado e a própria dificuldade enfrentada no cotidiano têm levado a esta comunidade o seu afastamento desta atividade socioeconômica, o que nos leva a crer na existência de problemáticas estruturais em suas vidas em suas formas de organizações e a presença de conflitos sociais pela sobrevivência que passam a ser corriqueiros diante das novas realidades que estão imersos.

Trata-se de um estudo calcado na compreensão da cultura como instrumental de significação e partindo do pressuposto que toda realidade é visualizada através de representações compartilhada pela constituição de sua narrativa que traz um movimento de resistência e sobrevivência. Distanciando-se de uma concepção elitista de cultura, associada à acumulação de conhecimentos, à uniformidade de padrões transmitidos e à racionalidade individualista. Busca-se se aproximar da identidade como processo, da percepção da realidade cultural, de como se dá a transmissão de modos aprendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural. E assim, estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos, especialmente aos grupos sociais que vivem e dependem da interação com a natureza, no caso específico, as comunidades de pescas artesanais do município de Arraial do Cabo, localizado na região dos Lagos- RJ.

Neste sentido nos perguntamos como estes indivíduos podem buscar a justiça ambiental e a sua legitimação no território brasileiro para que possam estar inclusos não só em sistemas legais que incorporam a equidade social, mas que preservam a sua história, seus mitos, seus ritos e formas de expressões culturais, em suma: seu patrimônio cultural

que vem se desgastando diante das dificuldades enfrentadas. Tais questionamentos nos levam a concordar com Esteves (2015) quando afirma a necessidade de fazer-se uma reflexão crítica sobre a justiça ambiental, para que possamos falar de democratização assim como a questão de gestão das ações de transformação destas realidades locais.

Para isso entendemos que autoidentificação nestas comunidades é um fator primário para que sejam consideradas legítimas na sociedade brasileira. Esta autoidentificação seria um primeiro passo junto ao Ministério da Cultura para seu reconhecimento como comunidade tradicional. Para isto se torna elemento integrador o seu modo de vida que traz a pesca artesanal como estruturante. Ou seja, a pesca como atividade socioeconômica, passada de geração e geração através da história oral assim como seus aspectos simbólicos, ritualísticos, seus costumes e tradições, de uma maneira geral suas expressões culturais estariam entrelaçados e dariam um sentido maior para esta comunidade: sua identidade e conseqüentemente, o pertencimento entre os membros da comunidade tornando efetivo o princípio de horizontalidade.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo como base o projeto de lei de iniciativa popular dos territórios pesqueiros, trazemos para nossa discussão informações fundamentais para que possamos realizar nossas reflexões sobre justiça ambiental, social e formação de expressões culturais e bens culturais. Este artigo é o resultado de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que traz como objeto de estudo as comunidades tradicionais pesqueiras em Arraial do Cabo na região dos Lagos, estado do Rio de Janeiro, que compuseram o território brasileiro com a formação de suas identidades a partir de sua autoidentificação, o sentimento de pertencimento e suas atividades socioeconômicas, e lutam para que permaneçam vivas na sociedade brasileira em tempos tão dialéticos para sobrevivência das comunidades tradicionais na realidade social nacional.

Em outras palavras para ser vista como comunidade Tradicional e ter como pleitear seu reconhecimento é, antes de mais nada, importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira em suas distintas regiões, mas que trazem consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica e sua

construção sociocultural. Identificar-se em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social.

Portanto sabemos que além das questões simbólicas refletidas no cotidiano deste segmento social que passam por processos de exclusão social, temos na atualidade diferentes enfrentamentos e dificuldades que percorrem o desafio para efetivação do reconhecimento destas comunidades tradicionais e que refaçam, ressignifiquem a história da sociedade brasileira democrática, garantindo a cidadania a partir da equidade social e da preservação de nossa história e memória coletiva baseada no que nos compõe: a diversidade cultural. Por isso que neste cenário atual é de extrema relevância pensarmos sobre esta comunidade tradicional e a constituição de suas expressões e de seu patrimônio histórico cultural e as questões que emergem nos e dos conceitos de diversidade cultural, identidade cultural, e conseqüentemente, justiça ambiental e de justiça social.

A IDENTIDADE CULTURAL E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO: ELOS INTEGRADORES ENTRE OS SUJEITOS SOCIAIS

O sujeito social pós-moderno tem a marca de não ter uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma celebração móvel: a qual é formada e transformada constantemente em relação a um padrão definido nos sistemas sociais e culturais que nos rodeia e que existe antes de pensarmos nascer. Ou seja, são sistemas definidos historicamente. Isso significa dizer que assumimos identidades distintas em distintos momentos.

Então, podemos observar a importância social da formação da identidade. É a identidade que diferencia os indivíduos, o que caracteriza como sujeito social, pessoa, ou como um grupo social. Ela é definida pelos conjuntos de atribuições de papéis sociais que todos nós desempenhamos em nosso dia-a-dia e, é determinada pelas condições sociais que são decorrentes da produção sócio-econômica, pelos nossos ideais, comportamentos e formações. Neste aspecto, estamos identificando um sistema antropro-socio-cultural³ que irá fomentar uma formação de identidades culturais, especificamente, na sociedade brasileira de acordo com sua história, com seus símbolos e toda uma gama de variáveis

³ Termo utilizado por Edgar Morin, em seu livro *Cultura de Massa XX*, vol. II: *Necrose* (2001)

que influenciam e se tornam formadoras de membros de grupos sociais, de comunidades, entre elas, as comunidades pesqueiras artesanais.

Isso significa dizer que, quando nos referimos, no caso, à identidade cultural, referimo-nos ao sentimento de pertencimento a uma cultura nacional e específica que esta em nosso meio, que convivemos e absorvemos ao longo de nossas vidas. A cultura nacional é composta não apenas de instituições nacionais, mas também de símbolos e representações que iremos nos deparar em todos os momentos de nossas vidas. Por isso, é importante salientar que esta identidade não é uma identidade natural, biologicamente passada, mas sim, uma identidade constituída, ou melhor, uma diversidade de identidades construídas. Hall (2002: 15) nesse âmbito diz que: Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza ações, quanto à concepção que temos de nós mesmos.

Logo, para ser vista como comunidade Tradicional e ter como pleitear seu reconhecimento é antes de mais nada importante a sua autodefinição, entender o sentido de comunidade tradicional pesqueira em suas distintas regiões, mas que trazem consigo uma questão fundamental a sua atividade socioeconômica e sua construção sociocultural, ou seja, o patrimônio cultural. Identificar-se em si mesma, dando sentido a sua significação e sua representação no meio social. É preciso levantar suas expressões, mapeá-las e traduzir seus significados históricos, sociológicos, antropológicos e filosóficos neste contexto de retalhos que vem sendo massacrado pelas problemáticas provocadas pela própria globalização. É necessário dar voz a este segmento social para que possamos falar pensar e promover a justiça ambiental e social, além da preservação de suas inúmeras histórias narradas, cantadas, desenhadas e pintadas, seus trabalhos artesanais que mediam o estar no mundo, seu modo de vida cultural e econômico que compõem a sua identidade enquanto comunidade, presente na trama do tecido social baseada na diversidade da sociedade brasileira.

Para Hall (2002) a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é representado e de acordo com o contexto social em que está inserido. Isso nos leva a pensar que a formação da identidade está diretamente relacionada ao contexto sócio-cultural e, conseqüentemente, está imersa em valores, regras, sanções, condutas, diferenças e divergências. Assim, a noção de um sujeito tendo uma identidade unificada

e estável é superada. Esta, por sua vez, passa a ser definida historicamente e com particularidades.

Esse fenômeno de descentramento ou deslocamento tem características positivas. Ele desarticula as identidades estáveis do passado, abrindo possibilidades para que novas identidades sejam criadas; produz os novos sujeitos, no entanto, não mais como identidades fixas e estáveis. Novos sujeitos fragmentados, com identidades abertas, paradoxais, sempre em processo, assim como a própria história desses sujeitos. Na verdade, é uma concepção lacaniana, ou seja, é a formação do sujeito em relação aos outros. É uma concepção do eu interativo, do espelho. É uma noção de sujeito que surge à medida que as sociedades modernas se tornam mais complexa e adquirem uma forma mais coletiva e social. Essa visão entende que a identidade dos sujeitos é formada na interação entre o indivíduo, a sociedade e suas manifestações, constituindo o princípio de pertencimento num grupo determinado, específico, em nosso caso, a comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

Entretanto, BEGER&LUCKMANN (op.cit.: 228) salienta que a identidade é um elemento chave da realidade social subjetiva também, e como toda realidade subjetiva esta numa relação dialética com a sociedade. A identidade é formada através de processos sociais. Uma vez formada, é mantida, modificada ou tem uma nova remodelagem provocada pelas relações sociais. Assim, BEGER & LUCKMANN (op.cit.: 230) afirmam que:

A identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre um indivíduo e a sociedade. Os tipos de identidade, por outro lado, são produtos sociais *toutcourt*, elementos relativamente estáveis da realidade social objetiva.

Concordamos com Rawls (in ESTEVES), que há o estabelecimento do sentimento do respeito próprio, quando o sujeito social está imerso em alguma pequena associação ou grupo, no interior dos quais as atividades que são valiosas para elas sejam publicamente reconhecidas pelas outras pertencentes ao mesmo grupo ou associação. Isso significa dizer que um dos aspectos mais relevante para se criar este sentimento de pertencimento a uma associação ou grupo ou comunidade é o aspecto cultural e assim a base da constituição de sua identidade cultural.

Desse modo, é perceptível que a identidade do sujeito social seja consideravelmente delineada, no sentido de representar a realidade objetiva na qual está localizado. Em outras palavras: cada pessoa é mais ou menos aquilo que se supõe que seja, quando consideramos a condição da socialização que produziu tal identidade. Por isso, entendemos como a identidade, uma das questões fundamentais que, norteia as ações sociais, sua organização e manifestação no espaço público democrático, assim como a formação dos indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, ou seja, estes indivíduos são socializados para viver em um grupo determinado internalizando valores, costumes, ritos, regras, expressões culturais: tudo aquilo que permite que o identifique. É um sujeito social definido pela cultura e pelo grupo a que é membro, se identificando com seus pares pelo sentimento de pertencimento, favorecendo a existência e a perpetuação do grupo em si fortalecendo não só a sua historicidade, mas sua relação direta com a sociedade e a realidade social que está inserida buscando mediar novas reivindicações e processos sociais no espaço público.

Segundo Acselrad (1992) quando falamos no espaço público estamos tratando de uma instância em que homens e mulheres se reconhecem como iguais; espaço no qual os atores sociais discutem e decidem em comum. Ou seja, neste espaço por mais que seja múltiplo e heterogêneo, e, baseado na diversidade em diferentes aspectos, é construído um mundo comum compartilhado por todos. Estamos tratando de um mundo que traz a democracia como estrutura das suas instituições, leis, regras e normas. Que favorece a multiplicidade, a discussão, a persuasão uma construção heterogênea em prol da equidade. Mas, sabemos que a democracia, principalmente com o advento do sistema neoliberal e a tecnologia, por mais que seja formal quando pensada, analisada é, no dia-a-dia, vivenciada de maneira diferente e apresenta muitas disparidades e desigualdades entre os sujeitos sociais, grupos sociais e classes sociais.

No Brasil, ao longo de sua história, poderíamos levantar diferentes fatos que demonstram a existência destas dualidades antes mesmos de falarmos no sistema democrático. Mas o que interessa para nós é pensar sob o aspecto territorial e a constituição de comunidades tradicionais que ainda hoje, no século XXI, está à deriva do ideal democrático seja pelas injustiças sócio econômicas ou pelo não reconhecimento enquanto comunidades tradicionais que estruturaram e estruturam o território e a cultura brasileira. Portanto, é neste sentido que ACSELRAD (OP. CIT.:76-77) afirma que:

Em nome de uma concepção industrialista de progresso, foram desestruturadas as condições materiais de existência de grupos socioculturais territorialmente referenciados e destruídos os direitos de populações inseridas em formas sociais de produção não-capitalistas.

Isso significa dizer que, as questões ambientais trazem consigo a discussão de potencialidades democratizantes, que trabalham a justiça ambiental e social, intermediadas por lutas ambientais e por movimentos sociais organizados através da constituição dos atores sociais envolvidos em seus ambientes naturais traduzindo fontes de renda, modos de vida, condições materiais e imateriais construídos, perdidos e vivenciados pelos grupos que tendem a uniformizar valores, costumes, rituais, e formando, conseqüentemente, sua identidade cultural. Tal identidade torna-se fator integrante entre os sujeitos sociais e favorecem para que haja a manutenção do sentido de comunidade, em nosso caso, das comunidades pesqueiras artesanais em Arraial do Cabo, no estado do Rio de Janeiro.

É deste modo que é de fundamental importância contextualizar e re-descobrir os resquícios deste patrimônio cultural material e imaterial, para que possamos refletir e resgatá-los e, assim, trazê-los à luz da comunidade e da sociedade, de uma maneira mais ampla, o que pode favorecer sua autoidentificação e identificação social enquanto grupo organizado coletivamente, preservando não só sua história, sua memória, mas também, estimulando o enriquecimento de tal comunidade no que tange o seu sentido, a sua representação de classe para si, partindo do pressuposto, que a coletividade quando se constitui através de sua história, de sua cultura passa a ter um viés superestrutural traduzido nos laços de pertencimento o que, provoca o reconhecimento e quando organizado e reconhecido, fortalece o grupo em si mesmo na trama social.

Concordamos com ACSELRAD (OP. CIT.: 89):

Lutando contra sua remoção ou fixação compulsória, ou contra a inviabilização de sua permanência em territórios fundamentais à sua identidade, tais grupos procuram assegurar seus direitos a pastagens, florestas, recursos hídricos, caça, coleta, pesca e agricultura. Com construções identitárias que traduzem os efeitos de ação do Estado (...) ou inserção mais permanente em conflitos abertos (...), as denominações de uso local e imediato se politizam por intermédio de propostas, formas organizativas, meios de mobilização e luta, generalizando o localismo das

reivindicações e forçando o Estado a uma negociação global baseada em princípios gerais que orientam as políticas públicas.

Neste ponto refletimos sobre a relação direta que existe entre os patrimônios culturais e os sujeitos sociais, os sujeitos sociais e a sua realidade sociocultural econômica, ou seja, o sujeito social e o seu ambiente e suas construções, para que haja a mobilização do grupo para possíveis reivindicações coletivas que venham ser contextualizados tanto a justiça ambiental quanto a social.

COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA CABISTA: A NARRATIVA E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL IMATERIAL EM ARRAIAL DO CABO

Dentro da perspectiva do interacionismo simbólico, na qual os indivíduos atribuem significado simbólico aos objetos sociais, que incluem as pessoas com quem se interagem socialmente. Os alunos passaram a fazer uso do self que corresponde às ideias e sentimentos que os indivíduos têm de si mesmos, produzindo um texto biográfico no qual destacaram os principais fatos de sua vida e de sua família com a seleção de fatos e situações sociais simultâneos a períodos de sua vida. O interessante é que passaram a se caracterizar a partir de uma distinção básica entre dois tipos sociais de Arraial do Cabo, o nato, chamado de cabista e o migrante, chamado de caringô. E mais o bifó é o esperto, é o que dá golpe em todo mundo, é o malandro. O cabista nato, independente de ser pescador ou não, recebeu o apelido de xaréu dos natos da cidade de Cabo Frio. Como o xaréu é um peixe considerado de terceira, tal apelido não passa de uma provocação do pessoal de Cabo Frio, que no passado ouvia como retaliação dos cabistas que é melhor ser um xaréu do que ser um carapicu ou um camarão do esgoto que desemboca na Lagoa de Araruama. Porém, nos dias de hoje, parece que ninguém mais se ofende ao ser chamado de xaréu, e a identificação com o peixe foi assumida a ponto de qualquer cabista nato dizer dos cabistas de um modo geral, que todos nós somos xaréu.

Assim, ser um xaréu é ser de Arraial do Cabo em oposição a ser um camarão, ou seja, um nato de Cabo de Frio. Provocações não faltam quando se trata de comparar peixes com pessoas, levando em consideração que no local existe uma escala de qualidade para

o pescado que valoriza primeiramente os peixes de carne branca de fundo, ou de toca, do tipo badejo, garoupa e xerne, que só são pescados de linha ou de mergulho; seguidos por peixes de carne branca, pescados de rede, do tipo anchova e cavala, e depois, em terceiro lugar, por peixes de carne vermelha.

Neste aspecto foi possível estabelecer a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais a luta pelo direito de ser pescador e de participar dos festivais de recursos marinhos que ocorrem na região. Como exemplos, temos ao longo do no diferentes festivais gastronômicos realizados pela e para as comunidades tradicionais de pescas artesanais de diferentes tipos. O festival de lula na Praia Grande em Arraial do Cabo, festival do marisco na praia do Perú em Cabo Frio e festival de camarão na praia do Siqueira também em Cabo Frio, são festas que foram criadas em um ambiente de celebração da fartura, mobilizam as famílias dos pescadores e demais moradores, cada uma responsável por uma barraca, como também estimulam a criatividade dos cozinheiros no preparo das iguarias conforme as mais variadas receitas, em um rito que, ano a ano, vem reunindo mais adeptos e incentiva o turismo na região em épocas de baixa temporada. Ocorrem, em geral, respectivamente em março, abril e julho. Para participar tem que ser identificado como pescador e/ou extrator tradicional, demonstrando como a identidade de pescador ou maricultor é um mecanismo de articulação política, social e econômica.

O fato é que ao buscar entender o processo de construção do pertencimento e enraizamento do indivíduo nos grupos sociais refletimos sobre os processos sociais em busca de direitos a partir dos pertencimentos grupais e institucionais. Para isso, é de suma importante manter o nosso projeto para que possamos analisar as relações simbólicas geradas da interação entre natureza e pessoas, além de entender a identidade social como processo de articulação política e social a partir da constatação da comunidade pesqueira como uma comunidade tradicional do território brasileiro, podendo então refletir e intermediar o sentido real de justiça ambiental e social para este segmento da sociedade brasileira.

CONCLUSÃO

O estudo da história local, especialmente a partir de relatos orais, possibilitou verificar a identidade como processo, a percepção da realidade cultural, a transmissão dos

modos apreendidos, as relações simbólicas e principalmente a valorização cultural em que notamos uma linguagem específica com atribuição de valores e sentidos.

Assim, estabeleceu-se a relação entre a construção da identidade individual e o pertencimento aos diferentes grupos e instituições sociais com a luta pelo direito de ser considerada uma comunidade tradicional que tenha a legitimidade territorial a justiça ambiental e social e se manter dignamente na região, se maneira que é perceptível sua forma de organização entre os membros envolvidos: o trabalho com a pesca, sendo considerados como um dos povos do mar.

Visualiza-se como as relações simbólicas geradas nas relações objetivas entre moradores e suas atividades ligadas ao mar, podem ser vistos como forma de mobilização em torno de um processo de afirmação identitária em que se constrói um o sentido de identidade que tenta, ainda que a sociedade faça um processo de exclusão, sua legitimação mediante a necessidade de pertencimento para com seus pares, o que permeia a comunidade de pesca artesanal no município de Arraial do Cabo, tentando resistir às adversidades encontradas em seus cotidianos, formando seus bens culturais ao longo da história da sociedade brasileira tendo como base a tão sonhada justiça ambiental e social.

Ainda temos muito o que levantar das expressões e manifestações culturais deste povo do mar cabista, de uma maneira geral, do patrimônio cultural desta comunidade tradicional de nosso território brasileiro. Temos muito que entender. Suas particularidades e multiplicidades que garantem suas histórias e memórias e o seu sentimento de pertencimento. O fato é que nossa história é um complexo mosaico de culturas e povos que transitam na nossa sociedade e enfrentam, no dia-a-dia, verdadeiros dilemas para que possam ser vistos e reconhecidos como parte íntegra da sociedade brasileira e são os aspectos culturais que podem promover sua autoidentificação e, conseqüentemente, o pleito da justiça ambiental e social, em nosso caso, para comunidade pesqueira em Arraial do Cabo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. *Cidadania e meio ambiente*. In: Acselrad, Henri (org). *Meio ambiente e democracia*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

_____. *Políticas ambientais e construção democrática*. In: Acselrad, Henri(org). Meio Ambiente e democracia. Rio de Janeiro, IBASE, 1992.

BEGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento*. 22ª. Edição. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*; volume I. A sociedade em rede. SP: Paz e Terra, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. *Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal*. SP: COBLO, NUPAUB, 2000.

ESTEVEZ, Júlio R. *Justiça ambiental: o problema de distribuição de Custos e Benefícios da exploração do Petróleo para as comunidades Pesqueiras da Bacia de Campos, no prelo*.

LITTLE, Paul E. *Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Série Antropologia N° 322. Departamento de Antropologia/UnB. Brasília 2002.

MELLUCI, Alberto. *A invenção do presente*. Petrópolis: Vozes, 1991.

PRADO, S. M. 2002. *Da anchova ao salário mínimo: uma etnografia sobre injunções de mudança social em Arraial do Cabo/RJ*. Niterói: EDUFF.

PRADO, S. M e SILVA, Edson Pereira. *Meio ambiente e identidade social – uma perspectiva interdisciplinar. Relatório final – CNPQ Mais, 2003*.